

Tipo de oferta: mobilidade, com possibilidade de consolidação nos termos da lei, caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de temáticas tratadas na DFC.

Local de trabalho: Aeroporto de Lisboa, Lisboa.

Referência B:

Caraterização do posto de trabalho: Posto de trabalho de técnico superior para a Divisão de Controlo (DC).

Perfil pretendido: licenciatura ou grau académico superior nas áreas da contabilidade, das finanças, ou da gestão. As funções a desempenhar consistem no controlo/auditoria a projetos de investimento enquadrados em instrumentos de financiamento comunitário, mormente o controlo financeiro.

Total de postos de trabalho: dois.

Tipo de oferta: mobilidade, com possibilidade de consolidação nos termos da lei caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de temáticas tratadas na DC.

Locais de trabalho:

Fonte Boa — 2005-048 Vale de Santarém ou Rua Dr. Leonel Sotto Mayor — 2500-227 Caldas da Rainha

Referência C:

Caraterização do posto de trabalho: Posto de trabalho de técnico superior para a Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (DPGRH).

Perfil pretendido: licenciatura ou grau académico superior em Direito. As funções a desempenhar consistem em apoio jurídico (nomeadamente na análise e instrução de processos de contraordenação, processos de inquérito em acidentes de viação, processos disciplinares, informações e pareceres de ordem jurídica em apoio das diversas unidades orgânicas do organismo), apoio à área do Planeamento e dos Recursos Humanos. Necessários conhecimentos gerais de informática.

Total de postos de trabalho: um.

Tipo de oferta: mobilidade, com possibilidade de consolidação nos termos da lei, caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de temáticas tratadas na DPGRH.

Local de trabalho: Rua Joaquim Pedro Monteiro, n.º 8, em Vila Franca de Xira ou Quinta das Oliveiras, E.N. 3, em Santarém.

Referência D:

Caraterização do posto de trabalho: Posto de trabalho de técnico superior para a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP).

Perfil pretendido: licenciatura ou grau académico superior na área da contabilidade, das finanças, ou da gestão. As funções a desempenhar consistem essencialmente no apoio à gestão e controlo dos recursos orçamentais, financeiros e materiais, incluindo gestão, conservação e inventário do património móvel e imóvel, procedimentos de cobrança, arrecadação e depósito de receitas, acompanhamento da execução financeira e material de operações co-financiadas, procedimentos de contratação pública e gestão de frota automóvel. Inclui ainda acompanhamento e apoio na preparação das propostas de orçamento e documentos de prestação de contas.

Total de postos de trabalho: um.

Tipo de oferta: mobilidade, com possibilidade de consolidação nos termos da lei, caso o trabalhador venha a adaptar-se à equipa e ao tipo de temáticas tratadas na DGFP.

Local de trabalho: Quinta das Oliveiras, EN3, Santarém

Referência E:

Caraterização do posto de trabalho: Posto de trabalho de assistente operacional para a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP).

Perfil pretendido: Escolaridade mínima exigida para a carreira. As funções a desempenhar consistem em serviços de limpeza e manutenção das instalações existentes na Quinta das Oliveiras, nomeadamente gabinetes de trabalho, casas de banho e espaços comuns.

Total de postos de trabalho: um.

Tipo de oferta: mobilidade, com possibilidade de consolidação nos termos da lei caso o trabalhador venha a adaptar-se ao trabalho.

Local de trabalho: Quinta das Oliveiras, EN 3, Santarém

Requisitos de admissão: trabalhadores detentores de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Seleção: análise curricular e entrevista profissional.

Remuneração: igual à que o trabalhador aufera no lugar de origem, nos termos previstos no artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento do Estado para 2015.

As respostas devem ser remetidas por correio (Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Quinta das Oliveiras, E.N. n.º 3, 2000-471 Santarém), no prazo de dez dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, mediante requerimento dirigido à Diretora Regional, com a menção expressa da referência ou referências a que se candidata, do vínculo, da carreira/categoria detida, da posição e nível remuneratórios e da correspondente

remuneração mensal, acompanhados do *curriculum vitae*, detalhado e atualizado e que inclua o contacto telefónico e eletrónico, bem como cópia do certificado de habilitação literária.

Para esclarecimentos adicionais: dpgrh@draplvt.mamaot.pt ou 263 286 600

2 de novembro de 2016. — A Diretora Regional, *Elizete Jardim*.
209986202

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Aviso n.º 13945/2016

Nos termos do n.º 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, pelo meu despacho de 26 de outubro de 2016, foi homologada a ata de avaliação final do trabalhador José Luís Duque Carinhas, que concluiu com sucesso o período experimental, com avaliação final de 17 valores, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência da celebração, com este Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

3 de novembro de 2016. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.
209993785

Despacho n.º 13556/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, foi aberto procedimento concursal, através do aviso n.º 13723/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230, de 24-11-2015, com vista ao preenchimento do cargo de Chefe de Divisão de Apoio Legislativo, cargo de direção intermédia de 2.º grau do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Paula Rute Reis Brandão Henriques Ribeiro, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão de Apoio Legislativo.

Assim, designo para o cargo de Chefe de Divisão de Apoio Legislativo, a licenciada Paula Rute Reis Brandão Henriques Ribeiro, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

O presente despacho produz efeitos à data da assinatura.

18 de outubro de 2016. — O Subdiretor-Geral (em suplência, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), *Bruno Dimas*.

Nota curricular

Nome: Paula Rute Reis Brandão Henriques Ribeiro.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2001); Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração (2007).

Experiência profissional:

Desde 09/2014 — Chefe de Divisão de Apoio Legislativo do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração-Geral (GPP), em regime de substituição, com responsabilidade, designadamente, pela produção legislativa nas áreas da agricultura e do desenvolvimento rural;

De 03/2013 a 09/2014 — Técnica superior no GPP, na Divisão de Apoio Legislativo;

De 07/2007 a 02/2013 — Técnica superior na Direção-Geral do Território, com funções, designadamente, de apoio à elaboração do quadro legal e regulamentar do ordenamento do território e urbanismo. Integrou a Comissão criada para a revisão do Código das Expropriações (2012-2013) e a equipa multidisciplinar do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território criada para a realização de exercícios de avaliação legislativa no âmbito do programa Simplegis (2010-2011).

De 10/2001 a 06/2007 — Estágio e exercício de advocacia.

Formação profissional relevante: Curso de legística e ciência da legislação, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP) (2016); Curso avançado de avaliação do impacto das leis (ICJP — 2010); Curso aprofundado sobre a revisão do Código do Procedimento Administrativo (ICJP — 2016) Curso pós-graduado de aperfeiçoamento sobre direito do ordenamento do território, do urbanismo e do turismo (ICJP — 2009).

209999228